

*Os Evangelhos, I* / tradução e comentários Giuseppe Barbaglio, Rinaldo Fabris, Bruno Maggioni. Trad. (do italiano) Jaldemir Vitorio, Giovanni di Biasio. — São Paulo: Loyola, 1990. (col. Bíblica Loyola; 1). 621p. 23 x 16cm. ISBN 85-15-00078-4 (v. 1).

Encadernado em sisudo marrom com letra dourada, o primeiro volume da coleção Bíblica Loyola marca a seriedade da coleção (vols. 4 e 5, ver *Persp. Teol.* 23 [1991], n. 60: 246s.). De fato, trata-se da primeira metade do conhecido comentário aos quatro evangelhos, *I Vangeli*, publicado em pleno entusiasmo pós-conciliar, em 1978, pela editora Bolla, em um só volume. Ainda que a edição brasileira divida a obra em dois volumes, estes apresentam-se monumentais. O leitor contudo não se assuste com isso. A linguagem é muito acessível e o método exegético transparente.

Todos os comentários (como também os que hão de seguir na mesma coleção) são tratados de maneira semelhante. Depois de relativamente breve introdução, encerrada por uma bibliografia básica de obras científicas internacionais, segue-se o comentário propriamente dito, por unidades. Cada unidade é encabeçada pela tradução do texto, feita em vista do comentário que se segue. Portanto, não uma tradução de uso geral. A tradução que precede os comentários em cada seção contém novas opções exegéticas e semânticas, causando, por isso, algumas surpresas ao leitor

acostumado a um texto mais convencional. O comentário é dado por parágrafo e não verso por verso. Contudo, a presença em cada página de um cabeçalho indicando os versos tratados torna o manuseio do volume bastante fácil. Nas numerosas notas de rodapé observa-se logo, além das indicações bibliográficas ocasionais, a grande importância dada à crítica textual, valorizando-se as novas leituras encontradas nos manuscritos — especialmente os papiros — descobertos nas últimas décadas.

O método exegético é moderno, inspirado sobretudo pela *Redaktionsgeschichte*, investigação da redação dos evangelhos, porém, não na forma radical que prescinde das etapas pré-redacionais. Os autores observam sempre três níveis de sentido: o sentido no contexto de Jesus de Nazaré, no contexto das primeiras comunidades cristãs e no contexto do redator evangélico. E geralmente sugerem um quarto nível de sentido: a aplicação para nós hoje. Quanto a este "nós hoje", apesar de visar ao Primeiro Mundo no Pós-Concílio, a sensibilidade política e social dos exegetas faz com que o leitor latino-americano se sinta bastante considerado por estas atualizações.

Queremos apresentar e avaliar aqui brevemente o primeiro volume, que já faz um ano de publicação. O segundo deve aparecer no fim do presente ano. No início do primeiro volume, encontramos uma introdução geral aos evangelhos sinóticos, da mão de Rinaldo Fabris. Expõe num modo agradável a questão

sinótica, não escondendo que sua hipótese de trabalho é a prioridade do evangelho de Mc e a teoria das "duas fontes", Mc e a *Logienquelle*. Mas observe que o interesse não está em identificar as fontes e sim, em "individualar (...) a intenção da cada um dos evangelistas e captar assim o significado dos textos que transmitem a mensagem de Jesus" (23).

Segue-se, depois, o comentário a Mt, da mão de Giuseppe Barbaglio, em tradução do biblista Jadelmir Vitorio (parece que a editora está a fim de evitar a crítica de mal-interpretação que frequentemente atinge as traduções de obras exegéticas entre nós).

Os parâmetros exegéticos de B. aparecem na introdução a Mt: obra de um anônimo da segunda geração cristã, situado no ambiente judeu-cristão, confrontado com helenistas anomistas e indícios de degeneração, divisão e ambição na comunidade cristã. O principal interlocutor de Mt seria o judaísmo rabínico de Jâmnia, depois do ano 70. B. apresenta a obra de Mt como o drama do confronto Cristo-Israel, projetado sobre o fundo da história da salvação e visto à luz do projeto de Deus, que quer instaurar seu reino de justiça e de paz (46). Assim, nós mesmos estamos envolvidos neste drama. Mt comenta este drama pelas repetidas fórmulas de realização das Escrituras (50), revelando o sentido histórico-salvífico universal do drama. Quanto à organização do escrito, reconhece o papel dos cinco grandes discursos tradicionalmente reconhecidos em Mt, caracterizados por sua fórmula final estereotipada. De modo surpreendente, acrescenta-lhes como sexto o discurso de Mt 23, de características bastante diferentes. Assim, B. desiste de uma divisão na base da alternância narrativa/diálogo, que muitos exegetas recentes adotam.

Quanto à mensagem central de Mt, B. a vê em Cristo como enviado do Pai

ensinando uma prática de "justiça" nova e decisiva. "Não se pode separar o ensinamento da pessoa do Mestre. Aceitar sua palavra quer dizer aderir a ele. Em última análise, trata-se de tornar-se seus discípulos" (55). Daí a cristologia de Mt transbordar numa eclesiologia baseada nos conceitos do povo de Israel, apesar da oposição de Mt aos chefes do judaísmo. B. traça em algumas páginas breves mas densas o perfil do "novo Israel" ao mesmo tempo subjacente ao evangelho mateano e promovido por ele. Contudo, não é uma visão sectária. O reconhecido universalismo da parábola do último juízo (25,31ss.) não faz distinção entre membros da Igreja e outros. A comunidade não deve alimentar falsa segurança nem se subtrair aos imperativos éticos (71).

O mesmo volume contém o comentário ao evangelho de Marcos da mão de Rinaldo Fabris, em tradução brasileira de Giovanni Di Biasio. Se as coordenadas de elaboração do comentário são as mesmas que no comentário de Mt, percebe-se logo o estilo mais dinâmico do "onipresente" Fabris.

F. aceita plenamente a prioridade do evangelho de Mc na tradição sinótica: "Marcos inaugurou aquele modelo literário chamado 'evangelho'" (423). Termina a breve introdução sem opção decisiva quanto à época da redação: antes ou depois da destruição de Jerusalém. Não convencido pelas conclusões papirológicas de O'Callaghan quanto a uma datação remota, deixa depender esta questão da interpretação do discurso de Mc 13. Mas *ad locum* também não trata da questão. O evangelho de Mc deve ser interpretado com poucas referências extra-textuais. Tanto mais valoriza-se sua estrutura interna como guia da interpretação. F. subscreve, quanto a isto, a expressão epocal de M. Kähler: Mc é uma "história da Paixão com uma introdução pormenorizada" (582). É uma grande Via Sacra, e o leitor preci-

sa participar mentalmente da dinâmica do seguidor.

Como nos demais livros da coleção, o texto dos comentários é permeado por excursos, chamados "notas". No comentário de Mt encontramos excursos sobre a interpretação do Sermão da Montanha, sobre o indivíduo na comunidade cristã e sobre matrimônio e divórcio. No de Mc, os excursos são mais numerosos: sobre os irmãos de Jesus, demônio e endemoninhados, milagres, o "segredo messiânico" e a cristologia, discipulado e comunidade, Jesus diante de sua morte, o processo a Jesus — assuntos que não podem deixar de suscitar o interesse de qualquer teólogo cristão. É nestes excursos que os comentadores deixam transparecer mais seu lado teológico-pastoral e seu envolvimento com a realidade de hoje. Temos com algumas pinceladas evocar o espírito destes excursos.

O Sermão da Montanha, conforme o comentador, não recebe seu valor de sua praticabilidade e sim, da manifestação da lógica do Reino, que faz soçobrar a lógica do homem voltado para si mesmo. Neste sentido, é essencialmente um chamado à conversão, mas também um fator de novidade capaz de fazer explodir o círculo do velho mundo e de antecipar o novo (148). Ora, será que a ética implícita do SM é apenas "para uso pessoal", individualista? É verdade que Jesus se dirige ao coração do homem e não desenvolve um discurso sócio-moral. Mas Jesus traçou um horizonte no qual cabe a nós fazer as aplicações sociais. "O valor social do discurso da montanha é pois indireto, mas nem por isso menos decisivo, porque a sua exigência fundamental de práxis de amor misericordioso e indiscriminado coloca-se como alternativa daqueles mecanísmos egoístas que subjazem às estruturas econômicas, sociais e políticas caracterizadas pela injustiça, pela opressão e pelo privilégio" (149).

No segundo excurso, dando por suposta a forte dimensão comunitária de Mt, B. pergunta pelo papel do indivíduo. Cita René Guisan: "O único individualismo que o evangelho autoriza é o da ovelha extraviada" (287). De fato, o valor do indivíduo, em Mt, vem do amor e do perdão que Deus lhe destina. É uma variante do tema da gratuidade: Deus não valoriza o homem pelo valor que este exhibe, mas pelo amor que ele lhe dedica...

O terceiro excurso, sobre matrimônio e divórcio, era atual no momento em que o comentário foi escrito e o é ainda mais hoje, treze anos depois! Exatamente o evangelho de Mt mostra que a comunidade mateana, embora fiel à rejeição do divórcio por Jesus, teve que codificar este mesmo divórcio: uma consequência do pecado ainda operante na vida dos fiéis. "O presente (...) foi penetrado pela novidade do futuro, mas ainda não se identificou com ele" (297). O ensinamento de Jesus mostra o brilho do tempo novo, enquanto a vida da Igreja experimenta a opacidade histórica e se vê obrigada a legislar naquilo que de per si não é legislável...

Os excursos do comentário a Mc tratam em primeiro lugar dos "irmãos de Jesus", insinuando que Mc talvez queira valorizar aqueles parentes de Jesus cujos nomes eram lembrados na comunidade de Jerusalém (459). O segundo excurso trata dos exorcismos e das curas. A atualidade destes temas não é de ontem... F. é claro: o importante não é se os exorcismos são apenas um esquema cultural para falar de doenças mentais; o importante é ver que Jesus destrói o poder do mal, que se intrromet nas relações da pessoa humana com se Deus. Assim deve-se descobrir também o valor teológico dos milagres, que certamente marcaram a atividade histórica de Jesus (F. cita até Bultmann para fundamentar esta afirmação): "a vitória de

finitiva de Jesus sobre a morte se iniciou nesta periferia de uma humanidade doente, faminta e apavorada" (483).

Achamos valioso o excuro sobre o "segredo messiânico" e a cristologia (506-510). Trata-se de um elemento-chave para a compreensão de Mc. Resume os dados literários a respeito e as principais interpretações. Depois, explica que a resposta à pergunta fundamental de Mc — "Quem é Jesus?" — está no título Filho do Homem, que aparece a partir do momento em que Jesus, à luz de sua morte iminente, revela aos discípulos o sentido de sua missão. A identidade de Jesus era nova demais para ser entendida nas categorias corriqueiras. Os dois últimos excursos, sobre Jesus diante de sua morte e sobre o processo de Jesus enriquecem a visão fundamental esboçada no excuro anterior. Também, somente no quadro do caminho de Jesus até sua morte é que se pode enten-

der o discipulado-seguimento, tratado por F. em excuro a Mc 10,46-52.

Segundo o depoimento de consultantes diversos — estudantes, pre-gadores... — este tipo de comentários vem preencher uma lacuna que se fazia sentir. A escassez de público leitor para este tipo de obra inspirou uma apresentação que, apesar de sólida, é relativamente econômica, com páginas grandes e de muito texto, o que talvez não seja tão estético, mas tem a vantagem de melhor visão de conjunto. Quanto à tradução, o traço parentesco entre o italiano e o português não deixou de se manifestar... O texto também não ficou isento de — inócuos — erros tipográficos, contudo, numa média bem inferior à costumeira. Esperamos que a editora consiga completar a coleção em tempo hábil...

J. Konings

---

KNAUER, Peter. *Para compreender nossa fé.* / Tradução (do alemão) Attilio Cancian. — São Paulo: Loyola, 1989. 225 p. 21,7 x 14,7cm. ISBN 85-15-00061-X

O A., professor de teologia fundamental na Hochschule St. Georgen (Frankfurt-am-Main, Alemanha), apresenta nesta obra uma breve sùmula da fé cristã numa perspectiva original e profunda, mas ao mesmo tempo simples e clara. O eixo de toda apresentação é a fé entendida como participação na relação de Jesus com o Pai, que é o Espírito Santo. Esse conceito de fé é repetido praticamente a cada página do livro, de diversas formas.

Eis algumas formulações: "Por fé entendo a certeza de ter comunhão com Deus, ou seja, que nos sabemos assumidos na relação de Jesus com Deus"

(203). "A fé consiste em estar repletos do Espírito Santo, que é o amor entre o Pai e o Filho" (130). "Fé significa saber-se amado por Deus" (14). A fé não se fundamenta na razão, nem pode fundamentar-se na razão: "A fé se refere a algo que não podemos saber de outra maneira senão recebendo-o e nele acreditando" (14). Ela é ponto de partida e não resultado (cf. 15s), porque a iniciativa é totalmente de Deus. Nem pode ser de outra maneira, porque Deus não é uma parte da realidade, nem uma realidade como as outras, mas "aquele sem o qual nada existe" (24). Não se pode conceber a Deus como tendo relação com o mundo criado. Este, sim, é totalmente relação a Deus, mas totalmente diverso de Deus (é o que significa ser criado). É a afirmação mais cabal da transcendência de Deus, levada a sério numa lógica férrea. Por isso mesmo, a fé, como comunhão com Deus, não pode

ser algo criado, não pode ser iniciativa do ser humano. É o dom do amor de Deus que nos introduz na relação entre o Pai e o Filho que é o Espírito Santo. O contrário da fé é temer por si mesmo e assim fechar-se sobre si no cuidado egoísta por sua existência. Toda a exposição consiste em levar tais princípios a suas últimas conseqüências na explicação das verdades da fé cristã.

Com esse fio que percorre todo o livro e cada página do livro, o A. vai tecer uma sùmula da fé cristã. Na primeira parte, faz por assim dizer uma leitura do Credo nessa chave de interpretação. Depois de um primeiro capítulo sobre a Palavra de Deus, discorre sobre quem é Deus, a Trindade, Jesus Filho de Deus, a morte redentora de Cristo, a Igreja, ressurreição, ascensão e Pentecostes, o sentido salvífico da Igreja, o problema ecumênico.

Na segunda parte, explica à luz da citada compreensão de fé alguns pontos nevrálgicos da fé: a relação entre o Antigo e o Novo Testamento, o pecado original, satanás, o sofrimento humano, a oração, os milagres, eucaristia, ministério eclesial e infalibilidade, matrimônio e celibato, confissão, responsabilidade ética, relação entre fé e razão. Pode-se dizer que o livro constitui uma explicação dos dados da fé, a partir do cerne mesmo da fé. No final do livro, uma série de teses sistematizam o conteúdo e possibilitam assim rever toda a caminhada feita.

Cada capítulo é introduzido por uma citação sugestiva de algum texto especialmente significativo e conclui por breve oração que reassume o conteúdo do capítulo. No final do livro há uma série de perguntas correspondendo a cada capítulo, para que o leitor possa testar sua compreensão das teses do A. ou possa utilizar para uma reflexão em gru-

po. O A. procura expressar-se de forma acessível, lançando mão de exemplos bem esclarecedores que muitas vezes são trabalhados no decorrer do capítulo e servem como ponto de apoio para a compreensão. No prefácio o A. adverte que os capítulos 2 e 3 "exigem uma reflexão muito atenta, pois a partir dali, tudo se torna bem mais compreensível" (6). Isto é, os citados capítulos, apesar do esforço de clareza do A., são difíceis. E isso poderia infelizmente fazer o leitor desistir, o que seria lamentável, pois o livro merece ser lido e estudado.

A tradução merece menção especial. Principalmente levando em consideração a infelizmente habitual má qualidade das traduções teológicas brasileiras e a dificuldade de traduzir do alemão, pode dizer-se que é excelente. Dois ou três deslizes não são suficientes para desmerecer o elogio. Assim à p. 55 deveria ser "paciência", onde está "esperança", como o contexto o exige e, aliás, o próprio termo grego citado o confirma. À p. 70, a expressão "aquilo que é de Jesus continua" sem dúvida é tradução de "Die Sache Jesu geht weiter" que deveria ser traduzido mais compreensivelmente por "A causa de Jesus segue adiante (continua, vai adiante)". À p. 106s., melhor que "necessária possibilidade" seria fazer o adjetivo seguir ao substantivo, como é normal em português. A revisão deixou escapar alguns erros como "credere Deo" em vez de "Deum", como o exige o sentido da afirmação (104); "vinha menor", quando deveria ser *melhor* (112); os números 1 e 2 sobrescritos, como se fossem referência a nota de rodapé, quando é referência às duas partes do capítulo (111); à p. 208, leia-se 1Cor 2,8.

Enfim, um livro que pode ser recomendado por sua qualidade e por sua tradução.

Francisco Taborda

FELLER, Vitor Galdino. *O Deus da revelação: a dialética entre revelação e libertação na teologia latino-americana da "Evangelii Nuntiandi" à "Libertatis Conscientia"*. — São Paulo: Loyola, 1988. 343 p. 21 x 14cm. (col. Fé e Realidade; 24).

Esta é uma tese doutoral apresentada na Universidade Gregoriana de Roma. As teses, em geral, ou versam sobre um autor, ou sobre uma temática em vários autores. Esta optou por essa segunda via. Mais difícil. As armadilhas desse tipo de tese são maiores.

Os autores escolhidos são os da América Latina do período que vai da publicação da *Evangelii Nuntiandi* — 1975 — de Paulo VI à *Libertatis Conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé — 1986. É uma gama de obras relativamente grande e não tão homogênea, mas que na tese se dilui por dentro dos temas.

Tais teses situam-se frente a um dilema. Ou o escritor já se aproxima dos autores a serem estudados com um esquema temático razoavelmente pré-definido, ou ele se deixa inspirar pela leitura dos textos e constrói o esquema fundamental da tese. Evidentemente há sempre uma mútua influência dos autores estudados sobre o doutorando na elaboração do esquema final e uma pré-definição deste em relação aos autores. Entretanto refiro-me à predominância.

Se não me engano, o A. dessa tese optou pela segunda via. Aproxima-se, de certo modo, desarmado de estrutura teórica sobre a revelação e tenta construir um esquema de dentro da mole de material, que coletou com uma gigantesca bibliografia lida. Aconteceu o que se pode esperar de tal abordagem. As linhas teóricas mestras da tese se esmaecem frente à pluralidade de afirmações, às vezes, repetitivas dos auto-

res estudados, de modo que o leitor não sente que caminha numa linha de pensamento num processo lógico. Antes sofre da impressão de rodar em volta de um mesmo tempo, traduzido em palavras diferentes, mas cuja real diferença nem sempre salta aos olhos.

Não se trata de um defeito do livro. É um condicionamento do método. Por sua vez, permite a qualidade, que excele no livro de V. Feller, de retratar com maior fidelidade e objetividade o pensamento dos autores estudados.

O tema escolhido por F. tem também seus percalços teológicos. A teologia vem trabalhando fundamentalmente com tratados. Nossas inteligências teológicas acostumaram-se a ver enquadrados os temas teológicos naqueles grandes tratados. De repente, o tema "Deus da revelação" desborda de vários tratados. Corresponde ao tratado da Revelação? Um leitor que se colocasse nessa perspectiva se sentiria frustrado. Trata-se dum livro sobre a Trindade? Também aí não se encontraria à vontade um curioso dos mistérios trinitários. Pertence talvez ao finado tratado do "de Deo Uno", que hoje não encontra mais cidadania em nenhum currículo teológico, devido a seu viés essencialista? Estaria mais próximo, mas seria também um arqueologismo indevido.

O livro passeia nos espaços da teologia fundamental, da dogmática trinitária, da hermenêutica teológica. Por não situar-se em um só destes campos, mas por atravessá-los todos com suas reflexões, o A. ganha em riqueza, mas perde em nitidez de horizonte. A estrutura do livro marca menos o contraste entre as partes. Mesmo que o índice nos mostre uma estrutura clara, no interior de cada capítulo os temas se entrecruzam de novo, gerando certa sensação de repetição e de lentidão no seu desenvolvimento.

O que o leitor vai encontrar no livro? Num primeiro capítulo, o eixo condutor é a tensão entre revelação e realidade, na perspectiva da dupla face da teologia da libertação: luta contra uma falsa imagem de Deus e afirmação do Deus da vida, como centro da revelação bíblica. Situa-se no campo da fundamental. Faz saltar da teologia da libertação o seu discurso da revelação, a maneira como aborda a Escritura. Toca a questão das releituras da Escritura, adentrando-se no círculo hermenêutico da realidade e revelação, com a conseqüente purificação das imagens de Deus. Esta se processa desde o lugar do pobre.

Os três capítulos seguintes se fixam numa das pessoas trinitárias respectivamente. Deus Pai, origem da libertação, o Filho de Deus nosso irmão e o Espírito de comunhão e participação intitulam respectivamente esses capítulos.

Ao mistério de Deus faz remontar a origem da libertação, na sua dupla face de luta contra a morte e de defesa da vida. Deus é estudado na sua relação com o Filho Jesus e com os pobres. Ele é um Deus da história, um Deus dos homens, um Deus dos pobres. Implicada nessa problemática, está a questão central na TdL: a relação de unidade e de distinção entre história da salvação e história profana, de modo que a salvação tem uma história e se faz na história. O caráter de transcendência e de ultimidade da história ocupa por um momento a reflexão para terminar assinalando o encontro com Deus na ambigüidade da história.

O A. já nos advertira no início que não abordaria a concepção libertadora da Trindade imanente, mas que se restringiria a sua ação na história. Fiel a essa decisão metodológica, oferece de fato uma leitura "econômica" da ação do Pai. Entretanto, o fato de prescindir de uma

reflexão mais trinitária deixa o leitor no limiar de um mistério que está a pedir mergulho mais profundo.

O capítulo sobre Jesus não chega a ser uma cristologia. Sabe-se como tem sido trabalhada na TdL essa área da sistemática, desde os livros de L. Boff e de Jon Sobrino. Talvez não se possa afirmar sem mais, como o faz o A., que a TdL não se preocupa em elaborar uma cristologia completa (165). Pertinente-mente o A. dá significativo destaque à cruz na TdL. Entretanto a dimensão de ressurreição, também bem trabalhada na TdL, é tratada muito concisa e rapidamente. Talvez merecesse maior destaque.

No capítulo seguinte, dedicado ao Espírito Santo, numa perspectiva da libertação, estuda-se a dupla ação do Espírito no mundo e na Igreja, concluindo com duas reflexões sobre o Espírito como feminino de Deus e sobre a relação entre TdL e magistério.

Como uma questão de sensibilidade editorial, creio que se deveria ter simplificado o subtítulo do livro, omitindo a alusão à *Evangelii Nuntiandi* e à *Libertatis Conscientia*, que estão no livro como Pilatos no credo.

É um livro abundante. O leitor encontrará ampla informação sobre a temática elaborada pelos autores da TdL e poderá dar mergulho profundo nas águas de nosso oceano teológico. F. manuseou uma bibliografia amplíssima e soube sistematizá-la com ordem. Tanto mais difícil tal tarefa quanto mais diversificada são a natureza dos trabalhos compulsos, variados os seus estilos, diferentes os níveis de destinatários.

Este tipo de tese doutoral, que pretende cobrir de maneira completa um campo, sobretudo feita na Universidade Gregoriana, sobressai mais pela abundância que pela concisão. Talvez o livro

ganhasse mais em densidade e força se fosse mais conciso, de modo que as idéias se libertassem um pouco do tecido adiposo das palavras multiplicadas. Sem dúvida não é uma virtude muito difundida em certos meios teológicos de nosso continente a concisão. Isso dificulta a elaboração de teses doutorais. O A. fica colocado frente ao dilema de sacrificar matizes e riquezas de palavras em nome de uma densidade maior ou de responder à exigência do caráter de completeza. Além do mais, F. tem facilidade estilística, que se manifesta na maneira de tecer longas frases com elementos colhidos nos autores estudados. O fato de querer que nenhum pormenor pesquisado escape de suas garras analíticas levou o A. a construir um tecido belo, mas carregado de lantejoilas literárias.

A obra vem, sem dúvida, com o seu caráter sistemático, cobrir uma lacuna no sentido de permitir uma visão mais organizada da compreensão econômica da Trindade nos teólogos da libertação.

Oferece material para ulteriores reflexões mais penetrantes em cada um dos pontos sistematizados.

A coleção Fé e Realidade enriquece-se com mais esta obra séria e completa no seu campo. Permite que a TdL vá marcando presença, não só através de seus protagonistas, mas também na obra de seus sistematizadores. Entretanto corre-se o risco de contentar-se com o sistema que se vai criando e pouco a pouco ir perdendo o impulso criativo. O sistema pode significar a morte de um movimento novo, desde que ele sinalize um término não mais superado. Se, pelo contrário, o livro de V. Feller provocar um impulso para novas reflexões, a TdL estará ainda no movimento da criatividade juvenil e não na senilidade ordenada e repetida. Em vez de rotas bem traçadas, cada capítulo desse livro pode tornar-se clareiras para novos avanços. Assim ele traz contribuição válida para o avanço da TdL.

J. B. Libanio

---

ANDRADE, Paulo Fernando Carneiro de. *Fé e eficácia: o uso da sociologia na teologia da libertação*. — São Paulo: Loyola, 1991. 311 p. 21 x 14cm. (col. Fé e Realidade; 31).

A teologia da libertação (TdL) tem desafiado doutorandos na labuta da confecção de sua tese. Ora dedicam-se eles a um autor, ora escolhem um tema sistemático. Esta tese doutoral, defendida na Universidade Gregoriana de Roma, é algo diferente. Escolhe um dos pontos mais controvertidos na e da TdL, a saber, o uso dos instrumentais sócio-analíticos.

Depois da luminosa tese de Cl. Boff (*Teologia e prática: a teologia do político e suas mediações*, Petrópolis, Vozes, 1977), onde ele trabalhou de maneira

lúcida e clara a questão das mediações sócio-analíticas no interior da TdL, o campo para uma ulterior investigação ficou aberto e de certo modo facilitado. Este discípulo de Cl. Boff envereda-se com galhardia por esse campo minado, não tanto pelo lado teórico, quanto principalmente pelo viés ideológico.

O A., teólogo leigo, professor na PUC/Rio e membro da diretoria da SOTER, tem a favor de si, ao abordar tal temática, um passado teórico ligado à objetividade das ciências positivas, já que é engenheiro nuclear com excelente e sofisticada formação técnico-científica. Esta sua capacitação teórica analítica, objetiva, austeramente o habilitou para ser na teologia mais sensível a esta articulação entre ciência e fé.

O livro estrutura-se através de três grandes momentos. Um primeiro faz um corte diacrônico, perseguindo historicamente o debate em torno dessa espinhosa questão da relação entre teologia da libertação e as análises da realidade. No segundo momento, em corte sincrônico, o A. retira algumas questões teóricas emergidas no percurso histórico e dedica-lhes atenção especial. Termina com um terceiro bloco, consagrado ao magistério romano no referente a suas tomadas de posição nesse tema.

A trajetória histórica inicia-se com a indicação de elementos anteriores ao debate, mas que nesta fase da pré-história terão importância no surgimento da problemática. Recupera experiências que vêm sendo vividas desde o início da década de 60, como uma reunião em Petrópolis (1964) onde já estavam presentes os futuros "padres da TdL" J. L. Segundo, L. Gera, G. Gutiérrez, entre outros, como o apoio de cristãos ao desenvolvimentismo num primeiro momento e logo em seguida a práticas e teorias alternativas até chegar a Medellín, onde já estão presentes os temas do desenvolvimento e da libertação.

A história propriamente da TdL sob o aspecto estudado inicia-se com a obra de Gustavo Gutiérrez, ao transformar o conceito de libertação em um conceito fundante de um sistema teológico e ao colocar a questão da mediação teórica usada para a interpretação da realidade social como parte constitutiva do método teológico. A revista *Tierra Nueva*, de Bogotá, levantar-se-á contra tal proposta teórico-teológica, instaurando-se o debate que continua até hoje.

Marcos importantes desse debate são estudados, tais como, o Encontro do México (1975), a Conferência de Puebla, as Instruções *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé, a Encíclica

*Sollicitudo Rei Socialis*, etc. No final desse estudo histórico, o A. estabelece como muita clareza e precisão, os pontos de consenso no debate atual da relação entre teologia e uso de instrumental analítico, levando em consideração de modo especial a análise marxista.

a) A TdL é não só possível mas necessária. O conceito de "libertação" é trabalhável teologicamente. Concorde-se, ao menos parcialmente, com o diagnóstico da realidade social elaborado pelas TdLs e com a ruptura em relação ao esquema desenvolvimentista à base de uma leitura sócio-estrutural e ética da pobreza com o conseqüente significado eclesial da libertação social. Há limites a respeito de possíveis desvios e perigos em algumas TdLs concretas e de certa polissemia de certos termos empregados na análise da realidade.

b) A TdL é uma teologia legítima, ao partir de experiências particulares usando o método indutivo, desde que não esteja fechada ao universal católico da fé.

c) O método "ver-julgar-agir" é legítimo ao menos como método para a análise pastoral desde que não instrumentalize e ideologize a fé. Aceita-se a possibilidade do uso das ciências humanas e sociais na teologia com suas contribuições positivas para a compreensão das realidades terrestres.

d) Existem algumas verdades no Marxismo. Documentos da Igreja empregam alguns enfoques marxistas, tais como alienação e práxis, para compreender a realidade do mundo contemporâneo (João Paulo II, *Laborem Exercens*, etc.).

Ainda que pareçam afirmações relativamente genéricas, tal consenso é já um grande avanço. E a pesquisa do A. contribuiu para explicitá-lo.

No segundo bloco de questões, chamadas pelo A. de "Questões Dispu-

tadas", está a parte mais interessante e importante da tese doutoral.

Numa primeira questão, o A. elenca uma série de possibilidades teóricas para definir o estatuto epistemológico da TdL. Examina a questão de a TdL ser uma teologia global ou setorial, de genitivos. Pergunta também pela inclusão da TdL no campo da teologia moral ou da doutrina social da Igreja. Oferece uma proposta de interpretação. Ainda que tenha nascido como teologia política, a TdL vai além, compreendendo todos os clássicos tratados da teologia. Guarda, porém, uma especificidade nessa reelaboração de tais tratados, que consiste na sua sintonia com a dimensão política dada pela opção pelos pobres e na sua vinculação com a práxis da libertação.

O A. detém-se no estudo da relação da TdL com a doutrina social da Igreja, devido à sua proximidade e à relevância crescente de tal problemática.

A parte mais importante de tal capítulo refere-se a uma questão mais genérica da relação entre Filosofia, Ciências Humanas e Teologia com especial referência à TdL e a uma questão bem específica e candente do uso do marxismo pela TdL.

Nesse segundo ponto, inicia com muita pertinência, distinguindo o conceito de marxismo e análise marxista nos críticos da TdL, na Instrução *Libertatis Nuntius* e na TdL. Alude também a alguns outros autores católicos europeus. Talvez se possa dizer que na TdL se use o conceito "marxismo" para significar um tipo de sociologia de tendência dialética, que privilegia o nível econômico na interpretação da realidade histórico-social e que entende ser a história real humana uma história onde o conflito e a tensão têm sido elementos centrais.

Um outro parágrafo substancial aborda as principais objeções feitas ao

uso do marxismo. Parte-se nessas objeções da concepção de que o núcleo fundamental do marxismo é a luta de classes e um postulado geral materialista-mecanicista. Por isso, deve ser rejeitado por razões éticas e teológicas, já que ele aniquila a liberdade, suprime a ética, estabelece uma historicização imanentista do horizonte escatológico. A TdL, por sua vez, quando fala de análise marxista exprime a opção feita em favor de uma sociologia de base econômico-estrutural em oposição ao uso de uma sociologia de base cultural, por vezes voluntarista. Para o autor não existe um argumento teológico-doutrinário que possa obstacular a escolha feita entre um modelo de análise do social antes econômico que cultural. Mais. A razão da escolha do instrumental de análise é para a maioria dos teólogos da libertação de natureza ética e evangélica. O A. mostra certos problemas nessa posição e como a partir da teologia de K. Rahner e dos Concílios Vaticanos I e II se propõe o critério de escolha de uma ciência social desde o interior das próprias ciências sociais.

O A. também disserta sobre a opção por uma sociologia conflitual (própria da TdL) ou orgânica, privilegiada por seus adversários. Defende a posição de que uma compreensão da realidade humana como conflitual não é em si mesma estranha ao cristianismo.

Este capítulo termina com uma reflexão sobre a relação entre progresso humano, libertação e teologia, onde se estudam as questões da opressão, pecado e mistério do mal, de um lado e, de outro, política, progresso material, bem moral e escatologia.

Um último longo e alentado capítulo trata da contribuição do magistério romano para a temática aventada pela TdL: O A. faz interessante estudo sobre a doutrina social da Igreja quanto ao

problema da pobreza e do capitalismo/coletivismo desde a *Rerum Novarum* até os últimos escritos de João Paulo II (*Laborem Exercens* e *Sollicitudo Rei Socialis*). O livro foi escrito antes da publicação da última encíclica, *Centesimus Annus*.

Mais recentemente esta temática vem sendo muito trabalhada, quer por teólogos (J. C. SCANNONE, *Teología de la liberación y doctrina social de la Iglesia*, Madrid: Cristiandad, Buenos Aires: Guadalupe, 1987), quer nos seminários organizados pelo Prof. Hünemann reunindo teólogos europeus e latino-americanos, quer pelo Centro João XXIII/Rio juntamente com o Center of Concern de Washington. O estudo de P.F. Andrade oferece já bons inícios para ulteriores reflexões.

Fechem o arco reflexivo sobre a TdL dois parágrafos sobre a necessidade de uma libertação social e a contribuição teológica possível.

Livro corajoso por ter abordado um dos pontos mais discutidos da TdL, quer por razões estritamente teológicas, quer

por atitudes emocionais camufladas. Trabalho sereno, objetivo, crítico. O A. revela a inteligência perspicaz, estabelece distinções argutas, mantém-se numa atitude equilibrada e serena.

A bibliografia trabalhada é muito ampla. Mesmo assim, sempre se acha alguma obra importante da nossa literatura teológica que poderia ter sido levada em consideração.

O livro é um excelente guia para introduzir-se no coração da problemática da TdL. Ao abordar a questão cruciante das mediações sócio-analíticas e sua relação intrínseca com a própria episteme teológica, o A. tornou a TdL mais clara, mais transparente e também facilitou um acesso a ela mais livre de tantos a-prioris de outras naturezas que não epistemológicas. Este livro faz parte hoje daqueles que permitem um mergulho mais profundo no universo da inteligibilidade da TdL. Excelente subsídio para cursos e seminários de estudo desse tema, já que prima pela clareza, precisão e objetividade.

J. B. Libanio

---

DELUMEAU, Jean. *As razões de minha fé.* Trad. (do francês) Eunice Gruman. — São Paulo, Loyola, 1991. 243p. 21x14cm. (col. Cristianismo e Modernidade, 2). ISBN 85-15-00269-8.

Nestas últimas décadas, não faltaram críticas acusando certo tipo de pastoral de supor a "experiência de evangelho" e a adesão de fé por garantidas e de se preocupar apenas em orientar a suposta fé para uma práxis cristã aferida com a evangélica opção pelos pobres. É evidente que a encarnação histórica da fé numa práxis política e social transformadora continua válida, e mais do que nunca. Nem se pode negar que

tal práxis, para muitos, tem sido e continua a ser uma experiência de fé. Contudo, quando determinada impoção teológico-pastoral se torna exclusiva, pode ocorrer um esvaziamento de outras dimensões. Parece-me que isto tem sido o caso. A irredutível experiência pessoal da fé, sobretudo entre as pessoas de formação universitária, pouco veio à tona entre nós, nestes últimos anos.

Por isso, convém alegrar-nos com a publicação em versão brasileira de algumas obras do historiador e professor do Collège de France, Jean Delumeau — um desses leigos que assumem o desafio de "dar as razões de sua esperança" (1Pd 3,15). O autor é conhecido

sobretudo pela obra *La peur en Occident* (trad. bras. Companhia das Letras, 1990), análise histórico-cultural dos fatores inconscientes no comportamento e na religião do homem ocidental, que, em boa parte, é também o homem brasileiro...

Vale mencionar que alguns capítulos do presente livro (sobre procriação artificial) foram elaborados com a ajuda da esposa do A., que é ginecologista.

O A. se revela desde a primeira página como um "garimpeiro da felicidade". Apesar de ter ouvido durante muitos anos sobretudo a palavra "compromisso", não acho vergonhoso alguém priorizar a "felicidade", tradução moderna do *shalom* bíblico. Não convém querer conquistar este *shalom* para os outros, se ele não é o *desiderium* profundo da gente mesma; senão, se faz como a shulamita do Cântico: cuida-se da vinha dos irmãos sem cuidar de sua própria vinha...

Claro, as imagens que evocam a felicidade são condicionadas culturalmente. No caso de D., transparece na sua expressão a tradição quase estética da religiosidade "cultu" francesa. Mas, não há nisso algo de universal? Quem não percebe um sinal do transcendente na grandiosidade da criação?

D. não tem medo de recuperar as vias do conhecimento de Deus. As vias negativas, em primeiro lugar. Não se envergonha dos limites do saber científico — depois de os ter experimentado! Pois quem não teve coragem de reconhecer o terreno não tem direito de falar de seus limites... Faz bem ler esse primeiro capítulo dedicado à consciência da limitação "principal" (termo que falta no Aurélio) do nosso conhecer! "Conta as estrelas, se fores capaz".

Mas na noite do saber, o homem existe, projetando no desconhecido a força estruturadora de seu saber. D. não tem medo de fazer uma releitura anti-

positivista do lema de Protágoras: "o homem é a medida de todas as coisas". Basta que ele não se julgue o criador delas... Contra o positivismo, que esfazela o saber em setores atomizados, D. adverte: "Não é razoável negar o homem para melhor estudá-lo" (34).

O segundo capítulo, "A fragilidade do essencial", parte da constatação que os "mestres da suspeita" não eliminaram, mas ampliaram o "espaço do crível" (39). A *complexio oppositorum* em Deus culmina em Jesus, onde o Divino e o frágil passam a equivaler-se. Um Deus que não é dos grandes deste mundo (43). Tal Deus não é atingido pelas ditas "suspeitas". E o mal não coloca Deus no banco dos réus? Por que Deus não impede o mal? Para Jesus, o mal é "legião" (55). O mal está aí, em abundância. D. não procura acusar nem defender Deus em relação ao mal. Consta apenas que, frágil e desarmado, Deus luta conosco contra o mal. O paraíso não foi perdido por um mesquinho castigo de uma infantil contravenção humana. "Está adiante de nós" (57). Mensagem do Apocalipse! E o inferno? D. remete a Santo Irineu de Lião... (58).

"O perdão e a esperança" é o terceiro capítulo. Ponhamos fim à imagem do Deus que castiga os homens e até seu próprio Filho. D. relê os textos tradicionalmente lidos nesta perspectiva (Paulo, Hebreus) com outros olhos. Hebreus mostra exatamente que o "sacrifício" de Cristo não é comparável aos do AT e que a "reconciliação" não é uma expiação e sim um resgate, não imposto, e sim, "liberalidade gratuita e gesto de amor incondicional" (63). O perdão é isso aí. Pouco importa o que vem a ser o pecado, em termos de contabilidade...

Poderíamos continuar assim catando flores neste jardim. Mas baste isto para convidar o leitor a visitá-lo. A acompanhar este olhar ao mesmo tempo erudito, ge-

neroso e humilde que relê sem complexos as riquezas de nossa fé tradicional. Não a "defende" contra todo tipo de ataques. Faz com que se possa saboreá-la.

Basta uma breve prospeção dos caps. IV a VIII: Jesus, um dos nossos / Que todos sejam um / O Magnificat censurado (sobre a libertação) / Sexualidade e fidelidade (para respirar!) / "Fica conosco"...

Termina numa nota de esperança. Nosso tempo não é necessariamente um declínio irreversível. Pode ser mais um novo despertar, que se dará em comunidades onde a fé possa crescer em liberdade e sem constrangimentos (241 s.).

"Sem complexos" — embora não sem pudor! — é talvez a qualidade mais atraente deste livrinho. Lidando com universitários e intelectuais, a gente percebe quanta revolta contra Deus e a Igreja se esconde por trás das aparências do "maior país católico do mundo". Diante

disso, é gostoso ler algumas pseudo-heresias de um leigo perspicaz e vacinado contra os *anátemas* e *distinguos* de certa teologia clerical, ousando propor a aposentadoria do Papa aos 75 anos (143), a livre opção pelo celibato dos sacerdotes (145), etc., mas que consegue mostrar o rosto de criança que nossa fé guardou através dos séculos.

Para o público no qual estou pensando, é pena que o livro — aliás, muito bem traduzido — cite tantos autores europeus... Não que as citações sejam difíceis, mas causam uma impressão de erudição que não agrada à geração produzida pela Reforma do Ensino do 3º Grau no Brasil... Mas, quem sabe, um que outro vença seu complexo anti-intelectualista e se arrisque a esta leitura, que liberta do anti-autoritarismo inconsciente de nosso cristianismo de modernidade mal-assimilada.

J. Konings

---

GANOCZY, Alexandre. *De su plenitud todos hemos recibido: la doctrina de la gracia*. — Barcelona: Herder, 1991. 405. 22 x 14cm. ISBN 84-254-1716-3

O presente livro constitui um tratado atual de teologia da graça, com enfoque claramente didático. Inicia com as características fundamentais desta realidade no Antigo e no Novo Testamento, oferecendo assim a fundamentação bíblica da temática a ser desenvolvida. Em seguida nos deparamos com uma longa exposição histórica do tema, que constitui uma boa parte da obra. A compreensão da graça entre os Orientais, os Ocidentais, a problemática pelagiana e semi-pelagiana, a sistematização escolástica da mesma, sobretudo em Tomás de Aquino e Duns Scotto, a doutrina da justificação na Reforma e no Concílio de

Trento até o estado da problemática na idade moderna e contemporânea. Cada época histórica termina com uma síntese do período, e toda esta parte se conclui com uma rica e atualizada bibliografia.

A exposição sistemática conserva a já clássica divisão: oferta de graça por parte de Deus e aceitação da mesma por parte do homem. A oferta de graça apresenta-se de um modo original, dando ênfase à estrutura trinitária do gesto salvífico de Deus. A aceitação humana desta iniciativa divina deixa aparecer todo a sua complexidade, elencando-se os pressupostos antropológicos, os temas teológicos e suas problemáticas, de um modo breve e sintético. Termina esta parte um capítulo sobre graça de Deus e comunidade eclesial. Também ela recebe uma atualizada bibliografia em seu final.

A preocupação maior do autor pareceu-nos a de oferecer uma visão geral e atualizada do tema a estudantes que a abordam pela primeira vez. Aqui está o mérito maior da obra. Introdução à doutrina da graça apresentada com segurança e equilíbrio. Um enfoque mais original, um aprofundamento de alguma problemática atual não estão sacrificadas pela opção feita pelo autor. Para o leitor latino-americano deixa a desejar o silên-

cio sobre a questão da fé e da justiça. Mesmo sem ter que se enfileirar na linha de uma teologia da libertação, as manifestações do Magistério Eclesiástico e a consciência e sensibilidade social alcançada pelos cristãos não permitem que se omita um tal tema ao se falar da salvação de Jesus Cristo.

M. França Miranda

---

BUHLMANN, Walbert. *Ojos para ver...*: Los cristianos ante el tercer milenio. Barcelona: Herder, 1990. 21 x 14cm. 270 p. ISBN 84-254-1717-1

O missiólogo Walbert Buhlmann (1916), padre capuchinho, missionário na Tanzânia durante longos anos, professor de missiologia em Friburgo (Suíça), depois animador em Roma do trabalho missionário eclesial e atualmente morando no convento dos padres capuchinhos de Arth (Suíça), é o conhecido autor deste seu 25º livro escrito a serviço da Igreja. No dizer do próprio autor, nesta obra, ele faz um amplo balanço dos seus escritos anteriores, apresentando o que, para ele, seriam hoje os grandes desafios que a Igreja tem pela frente e deve assumir.

A proximidade do terceiro milênio da história é, para o autor, um momento ótimo e adequado para fazer uma parada no caminho, escutar os novos sinais dos tempos, num mundo que evoluiu de forma rápida, e apresentar um projeto eclesial audaz, que possa ser realmente luminoso para o mundo de hoje. Precisamente num mundo que, como bem fala o autor, é cada vez mais "uma coisa única" e que está em constante mudança e evolução, a Igreja não pode ficar parada, ancorada nos modos de fazer e de pensar de um passado que jamais voltará. Esta correta intuição é a que

incentivou o autor a escrever uma obra deste tipo. Ela é um forte chamado à Igreja a fim de que tenha os "olhos bem abertos" e os ouvidos prontos para escutar aquilo que o Espírito Santo está nos comunicando hoje nos atuais sinais dos nossos tempos.

Com esta inquietude de fundo, B. apresenta, nesta obra, no esquema literário de um decálogo, os dez grandes desafios do mundo atual à Igreja. A cada desafio corresponde um "mandato" de Deus, postulado em forma positiva, para a Igreja de hoje. De fato, pode-se dizer que todos os dez mandamentos são pertinentes para o nosso hoje, enquanto fazem referência aos grandes problemas eclesiais e mundiais do nosso mundo. Assim: a relação magistério-teologia, a função dos leigos e da mulher na Igreja, o ecumenismo, o trabalho da Igreja em favor da justiça no mundo, a sua inculturação em culturas que são diferentes das ocidentais, o diálogo com as outras grandes religiões, a sua presença nas culturas mais secularizadas, o trabalho em favor da paz mundial, da ecologia e, por fim, a sua capacidade de ajudar os homens a buscar Deus no interior da história humana.

Como se pode apreciar pela temática narrada, o autor têm a valentia de colocar em cima da mesa os principais problemas da Igreja, os mais

conflitivos e sempre debatidos, mas também sempre sem solução. Trata-se de problemas que, como o autor mesmo denuncia, foram vez por vez adiados pela hierarquia eclesial, sem que fosse dada solução definitiva nem satisfatória. E aqui radica um dos grandes valores desta obra: apresenta sem medo e com clareza o cerne dos problemas atualmente mais vivos e oferece alguns caminhos concretos para afrontá-los, numa linha progressista que, embora discutível, é, pelo menos, lógica e razoável.

De negativo poderíamos dizer que o tom às vezes excessivamente agressivo utilizado nas freqüentes críticas à hierarquia eclesial que aparecem ao longo do livro não ajuda muito. Ainda que se trate de críticas realmente pertinentes, o jeito de fazê-las é, às vezes, desproporcionado e pode produzir o efeito contrário ao desejado, que é o de "abrir os

olhos" àqueles que têm responsabilidades maiores no interior da Igreja.

Além disso, os outros limites da obra são reconhecidos pelo próprio autor no apêndice da mesma. Diz que "não me preocupou tanto o trabalho minucioso e detalhista, nem a investigação científica de questões particulares perfeitamente delimitadas, quanto a visão desde uma perspectiva de satélite, mostrando os grandes horizontes e contextos" (258). É importante ter isso presente: não se trata de uma obra de investigação profunda, por mais que muitos dos temas apresentados o exigiriam, senão de um trabalho mais geral e panorâmico que quer apresentar em linhas gerais os problemas que a Igreja hoje deve afrontar e algumas vias igualmente muito gerais de solução.

Carles Marcet

---

CABARRÚS, Carlos R. *A pedagogia do discernimento: a ousadia de "deixar-se levar"*. / Trad. Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. — São Paulo: Loyola, 1991. 156 p. 21 x 14cm. (col. Experiência Inaciana; 13). ISBN 85-15-00248-5.

Carlos R. Cabarrús, jesuíta, mestre de noviços da província da América Central, reúne neste livro as experiências pessoais e de seus companheiros. As reflexões que ele faz não são tanto fruto do estudo das fontes inacianas, como são da tarefa e da prática que lhe coube. A partir da formação dos jovens jesuítas foi conhecendo e experimentando pouco a pouco esse instrumento tão inaciano: o discernimento.

O livro é composto de dois artigos: "A pedagogia do discernimento, a ousadia de "deixar-se levar" e "O acompanhamento espiritual", ambos publicados

na revista *Diakonia* (set. 1987 e dez. 1988). Integra a coleção *Experiência Inaciana*, das Ed. Loyola, ao lado de outros livros sobre discernimento (n. 2: R. QUANTIN, *O discernimento espiritual, pessoal e comunitário*; n. 12: M. A. FIORITO, *Discernimento e luta espiritual*).

O leitor que quiser beber da mesma fonte que o Pe. Cabarrús, poderá encontrar um estudo muito bem feito pelo Pe. Daniel GIL, no seu livro: *Discernimiento según San Ignacio*. Também, no n. 10 da coleção *Ignatiana*, das Ed. Loyola, que vai com o título *Discernimento comunitário*, o Pe. John Carroll FUTRELL apresenta um trabalho muito preciso sobre a dinâmica do discernimento individual inaciano e o método inaciano de deliberação; além disso fala da oração e discernimento, do discernimento apostólico e da deliberação comunitária. Um trabalho que precisa ser do conhecimento de quem se

dispõe a orientar pessoas na vida espiritual.

Na primeira parte do livro, *A Pedagogia do Discernimento*, o A. apresenta o que corresponde à metodologia do discernir, que é muito mais do que uma teoria sobre o discernimento. Começa explicando que discernir é, na verdade, uma "ousadia", mas uma ousadia que se traduz historicamente numa práxis de mais de quatrocentos anos — naturalmente no que diz respeito à sua forma jesuítica — e que remonta ao próprio evangelho.

Depois de apresentar a origem e o desenvolvimento do discernimento, o A. trata do essencial em se falando de discernimento: o estudo das "épocas", o que Inácio chama de "semanas", segundo as quais varia todo o processo do discernimento dos espíritos. Fala também da importância de se detectar em que circunstância se encontra aquele que faz o discernimento e o rumo que ela aponta. Em seguida apresenta um estudo comparativo da ação do mau espírito, que lança luz para que se saiba descobri-lo e para que se possa vencê-lo. Outro elemento-chave para o discernimento é a compreensão do que é "desolação" e a "luta contra" ela, bem como o aproveitamento dos momentos de consolação cujo efeito é pragmático: trata-se de uma dádiva para a colaboração no trabalho em favor do Reino de Deus (cf. 2Cor 1,3-7, texto que inspirou Inácio). Concluindo essa parte, trata do papel da "confirmação" do discernimento e da necessidade de ser ratificado na biografia e na história. "Ousadia de deixar-se conduzir" é um título muito feliz para expressar o discernimento e seus frutos, o acompanhamento pessoal e seus frutos.

Na segunda parte, "O acompanhamento espiritual", o A. oferece um caminho para fazer o *exame cotidiano* do ponto de vista pedagógico. Como decorrência, é apresentado um modo concre-

to de fazê-lo e são destacadas as luzes que este oferece para se compreender o discernimento como fruto do confronto entre "os espíritos" e os diversos tempos que vão sendo vividos, e para assim crescer em fidelidade ao Deus sempre maior. Começa pelas dificuldades práticas do exame, enfatizando o que *não é* o exame de consciência, para em seguida apresentar os objetivos que ele deve alcançar. Termina explicando o que a prática do exame nos revela do próprio discernimento, não sem antes falar de um requisito básico: a descoberta de seu "lema": *Deixar-se levar pelo Senhor*.

O livro traz dois apêndices, um no final de cada parte. Só por isso o livro já poderia ser recomendado, porque estão muito bem elaborados, o que reflete a experiência pessoal do A. na prática da orientação pessoal e discernimento.

No apêndice da primeira parte são apresentados quadros que ajudam esquematizar o processo de discernimento:

1) *O exame da oração e sua metodologia*, é uma proposta de esquema para se fazer a avaliação do período de oração. Trata-se da aplicação do discernimento à hora de oração.

2) *Discernimento pessoal partilhado*: técnicas para compartilhar o discernimento pessoal com o grupo de "amigos no senhor", com o diretor espiritual ou com a comunidade. Não se trata de discernimento comunitário, porque aqui é o indivíduo que faz o discernimento e no comunitário é a comunidade que discerne. Aqui ele mostra as vantagens da partilha, para quem ouve e para quem expõe: a tônica da participação e a metodologia da partilha.

3) *Complexificação do processo de discernimento*: quadro comparativo dos passos de complexificação das análises das moções (apelos de Deus) ou artificios.

4) As *Regras do discernimento da primeira e segunda semana* são as regras próprias da primeira semana e da segunda semana do livro dos Exercícios Espirituais de Santo Inácio (n. 313-327; 328-336).

Já no apêndice da segunda parte, o A. apresenta uma metodologia prática que auxilia no conhecimento durante o processo do discernimento:

1) *Metodologia da focalização corporal*, é uma técnica para descobrir as próprias sensações corporais, que influenciam e interferem no processo de discernimento.

2) *Guia de referência prática do discernimento*: um resumo do primeiro artigo do livro, com esquemas e quadros explicativos.

Este livro, tratando de orientação espiritual e discernimento, vem responder ao reflorecer da aplicação da assim chamada anotação 19 dos *Exercícios* de S. Inácio: Exercícios na vida cotidiana. Devido à grande procura, atualmente, de leigos, religiosos e padres por uma orientação espiritual e mesmo por fazer o retiro inaciano, rezando uma hora por dia, fazem-se necessárias uma metodologia e orientações para os diretores espirituais; para suprir essa necessidade metodológica, o A. soube colocar com clareza e simplicidade sua experiência de orientação pessoal e ajuda de discernimento.

"Discernir não é fácil", já dizia o Pe. Arrupe. E discernir exige "deixar-se conduzir". Discernir não é simples reflexão ou discussão. Para o discernimento é preciso oração, silêncio para ouvir os apelos interiores, certo traquejo em lidar com os movimentos interiores. Daí se segue que ele deve ser usado para os momentos importantes de nossa vida. E, para se acertar, nestes momentos, deve-se ter já a experiência do discernimento na oração do dia-a-dia.

A dificuldade não está apenas em encontrar a metodologia adequada, mas também nos requisitos que o discernir implica. Uma condição de suma importância é o contato com a pobreza e com a luta contra ela. A ligação com a luta dos pobres se torna condição de possibilidade, bem como critério de verificação do discernimento cristão e, por conseguinte, também do discernimento jesuítico. O discernimento nasce de uma tomada de posição ao lado de Jesus pobre e humilhado em nossos dias e leva à defesa de sua causa. O contato com a pobreza nos permite ver a nossa real situação e exige uma tomada de posição. Só nessas condições e com esses frutos é verdadeiro o discernimento. (*XXXIII Congregação geral dos Jesuítas*, n. 41)

C. mostra que discernir supõe penetrar no mistério da vontade de Deus. Nada mais alheio ao discernimento que a segurança do próprio julgamento. Por princípio, discernimos para buscar a vontade de Deus que é um mistério e cujos caminhos não são os nossos. E isso é algo a que temos que nos entregar. Discernir não é ver com clareza, mas ser dócil para "deixar-se conduzir" pelos impulsos de Deus, por vias que muitas vezes não são as nossas e que, por isso, não entendemos.

Além disso o autor mostra que são necessárias certas condições humanas. Só quem fez a experiência de Amar é que chegou ao amadurecimento necessário para estar em clima de discernimento.

O discernimento inaciano não visa a eleger entre o bom e o mau, mas a escolher o *melhor*. Tal sintonia com o Espírito permite fazer uma boa Orientação ou Acompanhamento espiritual. A tarefa de acompanhamento espiritual consiste em "levar adiante a graça do Espírito". O orientador espiritual "orien-

ta", "dá pistas" para o exercitante conhecer as diversas moções que experimenta.

A segunda parte tem o objetivo de abrir a discussão sobre o papel do acompanhamento espiritual e despertar o interesse por uma formação mais conscienciosa para melhor atender aos que solicitam acompanhamento, ou ainda estabelecer interpelações pessoais acer-

ca de como nos deixarmos ajudar no caminho da fidelidade ao Senhor e ao seu povo.

"Somente medindo a abertura ao futuro, e a um futuro que tenda a modificar a história e a fazer avançar o Reino de Deus, pode-se dizer que se compreendeu o que é discernir" (58).

*Nilson Marostica*

---